

Internet e participação política: o uso da internet pelo cidadão

*Marcelo Amaral*¹

Resumo: A Internet tem sido considerada uma tecnologia que poderia criar possibilidades para o avanço da democracia, disseminação de informações públicas e abertura de canais de comunicação e interação para o cidadão. Pode ocorrer, porém, de o cidadão comum não ter acesso à Internet ou não estar muito disposto a utilizar seus serviços. Este estudo demonstra que os internautas conectados e que participam da vida pública podem corresponder àqueles que já participavam do debate político antes da Internet.

Palavras-chave: Participação Política. Internet. Governo Eletrônico.

Abstract: The Internet was seen as a technology that could create opportunities for the advancement of democracy, for dissemination of public information, and able to open channels for the communication and interaction between the citizens. Ordinary citizen, however, could not be having Internet access or could not be very willing to use their services. This study shows that Internet users who are connected and participating in public life can be those same that are already participating in political debate before the Internet.

Keywords: Political Participation. Internet. Electronic Government.

¹ Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: amaral69@gmail.com

Introdução

Após 37 anos de existência, a Internet tem sido objeto de estudos diversos que buscam identificar as mudanças que ela promove ou desencadeia nos mais distintos setores da vida moderna. Os hábitos de consumo, a comunicação e interação social, as relações de trabalho e também a política, todos parecem estar sendo gradativamente modificados com a popularização do acesso à rede mundial de computadores e tais modificações são complexas e estão intrinsecamente ligadas. Esses fatos estão relacionados a uma possível nova realidade social, econômica e política, que já foi chamada de “Sociedade da Informação” (CASTELLS, 1999; LÉVY, 1999), “Sociedade do Conhecimento” (DOWBOR, 2005) ou ainda “Economia Pós-Industrial” (BELL apud KUMAR, 1996).

Ainda que alguns autores relativizem as possíveis mudanças que as novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) possam promover na sociedade, alguns estudos têm apontado possibilidades concretas de mudanças, a serem realizadas em curto prazo. O exemplo a ser estudado neste trabalho são as possibilidades que a Internet promove para incrementar a democracia, seja pela criação de novos meios para a divulgação mais abrangente da informação pública, seja pela construção de um novo espaço público para o debate político.

No entanto, ao analisar tais possibilidades, depara-se com o problema inicial de abordar a questão sob dois aspectos distintos. Primeiro, podemos estudar as possibilidades abertas pela rede mundial de computadores ao cidadão para que este possa exercer a fiscalização de entes públicos, interagir com outros e ter acesso facilitado às diversas fontes de informações públicas na rede. O cidadão pode também conectar-se a movimentos sociais e políticos por meio das novas tecnologias de informação e comunicação para se mobilizar e, assim, poder exercer pressão política sobre seus governantes. Nessa perspectiva, o objetivo da primeira linha de pesquisa deste estudo seria traçar um perfil do uso da Internet por parte dos cidadãos para ter acesso aos serviços de governo eletrônico, fazer parte do debate político, compor novos movimentos políticos e assim exercer mais efetivamente sua cidadania.

Outra forma de abordar a questão das possibilidades democráticas da Internet seria analisar os recursos de que os governos dispõem para, por meio da Internet, promover ou viabilizar a participação daquele cidadão, como também disponibilizar informações relevantes para a construção de sua cidadania, viabilizar a prestação de serviços públicos via computadores ou criar um espaço público que torne possível o debate entre cidadãos.

Ambas as abordagens de análise vistas acima se referem às possibilidades democráticas da Internet, cujas evidências têm sido demonstradas ou contestadas por estudos diversos (GOMES, 2005; SILVA, 2005; AKUTSU, 2002). No entanto, essas abordagens levam a estratégias de pesquisa diferentes quando se propõe realizar uma análise da relação entre cidadãos e governos nos dias atuais. Um objetivo de pesquisa específico e que delimita um campo de estudo compreenderia analisar as iniciativas dos governos municipais para promover a participação popular em suas gestões, a transparência das informações públicas e a prestação de serviços públicos de maneira mais democrática. Nesse sentido, uma análise das características dos munícipes conectados (e que estão do outro lado dessa relação) e do uso que estes fazem dos novos meios de comunicação e interação pode enriquecer este estudo, já que, para obter sucesso ou efetividade em suas ações, um governo local que procura promover a *accountability*² via Internet precisa contar com cidadãos que tenham real acesso aos recursos por ele disponibilizados e façam uso destes recursos de maneira eficaz. E, ainda que o acesso aos recursos de informática não seja universal, ou esteja longe de o ser, compreender a forma pela qual os cidadãos o obtêm é, em certa medida, compreender também as oportunidades com a ampliação do acesso à Internet e aos recursos das TICs.

No entanto, tanto a análise das iniciativas democráticas dos governos no tocante à Internet, quanto a descrição dos recursos democráticos da Rede e o uso que os cidadãos fazem deles foram pouco

² Não existe tradução direta para o termo, mas o conceito de *accountability* está relacionado ao dever de prestar contas que tem um representante para com seu representado (AKUTSU, 2002) e este dever relacionar-se principalmente com **transparência** – publicização dos atos do representante – e **participação** – co-gestão dos representados nos projetos do representante.

estudados, especialmente no Brasil. Como afirma Eisenberg (2006), há poucos estudos sobre o impacto da Internet nos mecanismos de participação e representação política existentes, apesar de alguns autores se mostrarem bastante otimistas quanto às possibilidades democráticas do meio. O autor compreende, todavia, que, ainda que o impacto político da Internet possa não ser tão grande, “não há dúvida que esta inovação tecnológica terá alguma influência sobre a dinâmica política destas sociedades” (EISENBERG, 2006, p. 2).

Do ponto de vista das ações dos governos, concretamente, pode não haver, por parte de uma gestão, sequer a disponibilidade de informações básicas sobre suas gestões na Internet, mas outros governos podem fazer uso dos recursos das TICs e avançar até o ponto de serem considerados governos eletrônicos. Eisenberg (2006) aponta quatro formas de o poder público realizar as possibilidades democráticas da Internet: a prestação de serviços públicos e informações à população via serviços *web*; o apoio à interação política via criação, incentivo e suporte de novas formas de interação social; a implementação de mecanismos de democracia eletrônica, como plebiscitos eletrônicos ou consultas *online* e a democratização do acesso à comunicação eletrônica, mediante iniciativas para a alfabetização digital. Nesse sentido, um governo pode ser considerado eletrônico não apenas quando faz uso dos recursos tecnológicos relacionados à informação e comunicação, mas também quando promove ativamente a democracia via Internet, por meio da divulgação de informações públicas, da facilitação do acesso aos serviços públicos e da abertura de canais para a participação efetiva dos cidadãos no processo deliberativo. Este seria o conceito de governo eletrônico no sentido ampliado e descrito por Pinho, Iglesias e Souza (2005).

Portais *web* são um exemplo das inúmeras possibilidades de comunicação e interação que a Internet pode prover e os portais governamentais podem concretizar algumas daquelas esperanças democráticas da rede mundial de computadores. Lemos et al. (2006a) afirmam que os portais podem auxiliar na regeneração dos espaços públicos, na melhoria da prestação dos serviços, na divulgação de

informações públicas e consequente transparência da gestão, além de criar um canal de comunicação e interação entre governantes e governados. Ainda que o foco de estudo desses autores seja analisar a interface dos portais quanto à acessibilidade, navegabilidade etc., é possível concluir que, dos muitos recursos à disposição dos governos, poucos são efetivamente utilizados para promover aquelas possibilidades que os autores apontam. Esses seriam exemplos de governos eletrônicos no sentido restrito – conceito descrito por Pinho, Iglesias e Souza (2005) –, cujas utilizações dos recursos das novas TICs para a promoção da democracia são limitadas, em face das possibilidades descritas anteriormente.

No outro sentido da análise, o uso que os cidadãos fazem dos recursos disponibilizados pelos governos na Internet pode ser avaliado em duas etapas: primeiro, analisando o perfil político do cidadão predisposto a participar do debate político; segundo, traçando o perfil do internauta com as suas características, como faixa etária, condição econômica e social etc., para, assim, relacionar o perfil daquele com o deste. As conclusões das duas análises podem ser corroboradas por alguns indicadores no que se refere ao uso, por parte dos internautas, dos recursos dos governos eletrônicos, ou seja, se o internauta médio corresponder ao cidadão participante, os indicadores de uso dos serviços públicos na Internet serão altos.

Para realizar um estudo conforme essa possibilidade de abordagem, algumas questões iniciais relacionadas ao perfil do internauta brasileiro precisam ser respondidas: Quem é esse internauta brasileiro? Quais são seus hábitos ao navegar? Esse internauta está predisposto a participar do debate político e como demonstrar essa predisposição? Os estudos recentes sobre o uso das tecnologias de informação e da comunicação, realizados pelo Comitê Gestor da Internet (BRASIL, 2006), trazem alguns esclarecimentos sobre essas questões e lançam alguma luz sobre os hábitos dos internautas brasileiros. Faremos aqui uma análise dos principais aspectos desses dados e buscaremos relacioná-los ao perfil do cidadão comum, para compreender a demanda de participação política que pode haver naqueles internautas.

Participação política na Internet

Desde que a Internet foi vista como um possível canal para implementar a participação política ou mesmo para promover uma participação que antes não era possível, alguns autores passaram a estudar até que ponto seria possível ao cidadão comum ter sua voz ouvida pelos gestores públicos por meio da rede. Norris (2006), citando estudos iniciais sobre o tema participação política dos internautas e uma possível inclusão pela Internet dos excluídos políticos, conclui que aqueles estudos sugerem que os que são alcançados pelos recursos democráticos da Internet são os mesmos que já se encontravam engajados no processo político antes da rede mundial de computadores. O problema aqui parece ter relação com a exclusão digital, que pode coincidir com a exclusão da vida política daqueles indivíduos excluídos social e economicamente, já que os excluídos do processo deliberativo são também economicamente excluídos do uso dos novos meios de participação. Essa observação pode ser confirmada na análise do perfil econômico dos internautas brasileiros, quando comparado ao perfil do cidadão politicamente participante.

Uma questão então levantada por Norris (2006) é exatamente a preocupação em saber se a Internet dará voz a esses excluídos, ou apenas fortalecerá as relações de exclusão existentes, após a consolidação e popularização de seu uso. Se apenas aqueles atores da vida política, os antigos formadores de opinião e sujeitos ativos do processo político, fizerem uso político dos recursos da Internet, não teremos uma mudança significativa em termos políticos, mas um fortalecimento das estruturas vigentes. Essa possibilidade parece levar alguns governos a promover projetos de inclusão digital, buscando simplesmente trazer à participação esses cidadãos economicamente excluídos. Mas a questão que Lemos (2006b) levanta é se o simples oferecimento de recursos materiais seria suficiente para incluir, em termos tecnológicos, indivíduos economicamente excluídos. A ideia de formar alguém para o uso de aplicativos como *Windows*, *Word* e *Excel*, como cita o autor, está mais

relacionada à “adaptação de procedimentos às técnicas correntes”, e não ao reforço de “processos cognitivos questionadores” (LEMOS, 2006b, p. 6).

Participação política efetiva requer cidadãos capazes de compreender o processo de construção coletiva, cientes da natureza política dos interesses contrários e capazes de somar suas opiniões ao debate político. Assim, não seria possível, apenas com o provimento de acesso aos recursos computacionais, viabilizar a participação política efetiva daqueles indivíduos tão fortemente excluídos da vida pública – social e economicamente. Não pode o espaço virtual³ diferir tanto em essência do espaço público comum, para que a participação política fosse incrementada em um, de maneira tão simplista, e em outro não. Steffen (2006), identificando o novo espaço digital criado pela Internet, afirma que

a caracterização da *Internet* como meio de comunicação social surge do somatório entre a sua tecnologia, a linguagem que se desenvolve desta e dos usos, incidências e valores dados a estes pelos diversos e diferenciados usuários, atores e campos. Estes, assim, podem interagir, trocar, inserir e ofertar os mais diversos conteúdos, fazer visíveis e colocar em pauta suas visões e opiniões e circular seus fazeres e processos de e para os demais usuários e campos em larga escala.

Este espaço digital pode oferecer possibilidades tecnológicas de interação horizontal, o que, segundo Silva (2005, p. 452), poderia “promover mudanças no modo de operação da política contemporânea”.

Costa (2006), em seu estudo sobre as mídias eletrônicas, conclui que os hábitos dos internautas no uso da rede são individualizados e gerenciados por eles. Na opinião dos pesquisados neste estudo, rapidez, comodidade e agilidade são as principais vantagens da comunicação mediada por computador. Esses hábitos individualizados são difíceis de definir, pois são influenciados pelos efeitos dos diversos conteúdos

³ Segundo Lévy (1999), virtual pode ter três sentidos: o técnico, o corrente e o filosófico. Usa-se aqui o sentido filosófico do termo, relacionado àquilo que existe em potência e não em ato, mas que também constitui a realidade e é parte importante dela.

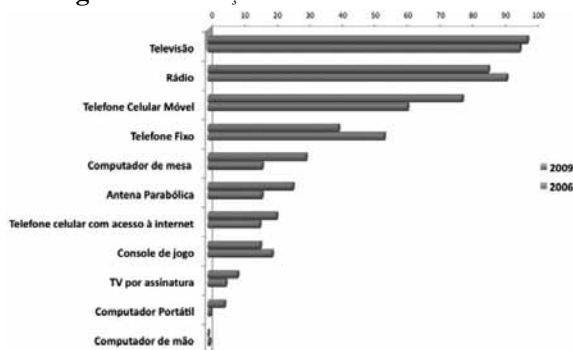
a que um internauta tem acesso. Mas é preciso saber até que ponto as características dessa comunicação influenciam e oferecem melhores possibilidades de participação política aos indivíduos.

Assim, a apropriação que faz o cidadão dos recursos democráticos da Internet pode ser considerada como politicamente efetiva quando aqueles recursos disponibilizados pelos governos são utilizados pelos cidadãos, que deveriam até se ressentirem de uma ausência mais eficaz do poder público na rede.

Perfil do internauta brasileiro

Para compreender o modo como os internautas brasileiros utilizam os recursos disponibilizados pelos governos, é necessário compreender o perfil desse usuário e quais os seus hábitos de navegação de uma forma geral. Os dados utilizados nesta seção foram compilados pelo Comitê Gestor da Internet (CGI) e estão disponíveis no site: <http://www.nic.br/indicadores/usuarios/index.htm>.

O rádio alcançou um público considerável em menos tempo que a televisão, mas a Internet parece ter se beneficiado da base tecnológica instalada quando de sua popularização – microcomputadores pessoais em domicílios com telefones instalados, já que em apenas cinco anos pode formar um público de cerca de 50 milhões de internautas (ALVES, 2006). Apesar de o computador de mesa ter ainda penetração relativamente pequena nos lares brasileiros (Figura 1), considerando o fato de este equipamento ter se popularizado há tão pouco tempo e se comparando o valor de um microcomputador de mesa a, por exemplo, o valor de uma antena parabólica, cuja popularização ocorreu bem antes, é possível concluir que a intenção de compra dos computadores superou a intenção de compra das antenas.

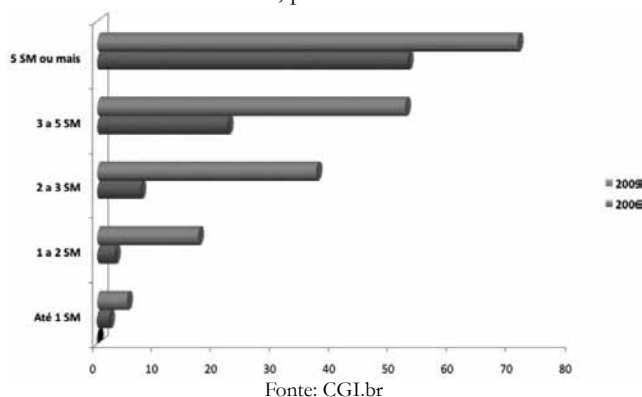
Figura 1 - Evolução das TICs nos domicílios

Fonte: CGI.br.

A televisão ainda é a principal fonte de informação e lazer, mas tem crescido o uso do telefone celular, da Internet via telefone celular e dos computadores. Apesar de o telefone fixo ter modificado, há décadas, as formas de comunicação usadas pela sociedade, em 2006, apenas 54,02% dos domicílios brasileiros possuíam acesso à rede telefônica e este percentual caiu para 40%, em 2009. Enquanto isso, 16,57% dos domicílios possuíam computadores de mesa em 2006 e este percentual aumentou para 30% em 2009 (Figura 1). O fato a ser notado aqui, e que acentua o contraste desses dados, é que o índice de penetração do telefone nos domicílios se elevou desde a reforma e privatização do sistema de telefonia no Brasil, refletindo os investimentos feitos ao longo de muitos anos, enquanto a popularização dos computadores pessoais é ainda muito recente na realidade brasileira.

Quando o percentual de domicílios com computadores é dividido em regiões, percebe-se que regiões mais ricas do Brasil têm maior percentual de lares com computadores. Esse fato é corroborado por duas outras análises: a maior penetração do computador nas classes sociais mais altas e, conseqüentemente, a maior proporção dos domicílios com computador nas famílias de renda mensal superior (Figura 2). Segundo Castells (1999), o uso da tecnologia crescerá de maneira desigual para seguimentos desiguais da sociedade. Assim, os principais usuários da Internet são aqueles de maior poder aquisitivo, de maior classe social e com maior nível de instrução formal.

Figura 2 - Evolução do uso de computador de mesa nos domicílios, por renda familiar



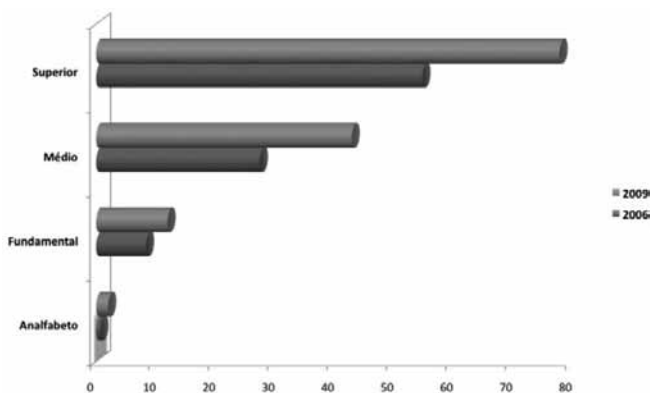
O poder aquisitivo é um forte fator limitante da aquisição de computadores. Para domicílios com renda familiar igual ou maior que cinco salários mínimos, a penetração dos computadores de mesa subiu de 52,46% para mais de 71%, contra 37% da faixa de renda familiar correspondente à renda média do brasileiro – entre dois e três salários mínimos. Esse dado corrobora a afirmativa de que os usuários da Internet são, principalmente, aqueles que ganham mais, ou seja, indivíduos de classe social elevada. Essa exclusão econômica e social acaba por acentuar a exclusão digital que, por sua vez, aumenta as exclusões anteriores ao manter parte da sociedade privada de meios para conectar-se a informações e serviços disponíveis na rede. Em 2009, cerca de 60% dos indivíduos das classes D e E nunca haviam usado um computador, enquanto 88% das pessoas nos domicílios com renda familiar mensal de mais de dez salários mínimos tanto possuíam computador quanto utilizavam diariamente.

Quando se observa o tipo de atividade desenvolvida na Internet, vemos que tem crescido a parcela dos internautas que buscam por informações sobre bens e serviços – de 35% em 2006 para 62% em 2009. Porém 81,67% usavam a Internet como meio de comunicação em 2006 e esse número cresceu para 90% em 2009. Ainda que esse dado não reflita especificamente o uso político da rede, ao menos demonstra

que há um maior interesse por troca de mensagens eletrônicas (*e-mails*), mensagens instantâneas, redes de relacionamento, *chats* etc. Se o cidadão politicamente participante reflete um uso mais voltado à busca de informações e se esse cidadão corresponde aos indivíduos das classes sociais maiores, tal hipótese encontra reforço no dado que mostra que menos da metade dos que ganham menos busca esse tipo de informação, contra cerca de 80% dos que ganham mais. É importante ressaltar que esse percentual refere-se ao total daqueles que estão conectados, ou seja, não há interesse ou preparo anterior para utilização desse tipo de serviço por parte de mais da metade com faixa de rendimento familiar mensal de dois salários mínimos.

A essa conclusão podemos também chegar quando analisamos as atividades dos usuários de Internet por grau de instrução: aqueles com maior nível de educação formal têm buscado com mais frequência serviços e informações relacionados ao governo eletrônico. A Figura 3 ilustra essa afirmativa e demonstra que a evolução do uso de serviços de governo eletrônico tem sido mais intensa na faixa de população com maior grau de educação formal.

Figura 3 - Proporção de indivíduos que utilizam Governo Eletrônico



Fonte: CGI.br

Tabela 1 - Serviços de Governo Eletrônico utilizados na Internet por classe soc

		A	B	C	D E
Obtenção de documentos	Consultar o CPF – Cadastro de Pessoa Física	41	53	48	39
	Buscar informações sobre como emitir documentos (RG, CPF etc.)	28	35	25	17
	Emitir Documentos (certificados, atestados, comprovantes etc.)	22	27	17	8
	Obter certidões negativas, licenças e permissões	18	19	13	6
Pagamentos de taxas e impostos	Fazer Declaração de Imposto de Renda (incluindo declaração de isento)	57	42	26	16
	Obter informações sobre impostos e taxas	36	38	20	11
	Fazer Pagamento impostos, multas e taxas	27	21	10	6
Previdência e Assistência Social	Buscar informações sobre previdência social e benefícios sociais	25	27	22	20
	Solicitar serviços à Previdência Social	10	13	10	7
	Fazer inscrição/ cadastro na Previdência Social	13	11	9	8
Justiça e segurança	Consultar pontos na carteira de habilitação e multas	28	31	15	6
	Buscar informações sobre direito do consumidor	26	25	17	12
	Consultar andamento de atos processuais na justiça	21	17	10	5
	Buscar informações sobre veículos roubados	12	14	6	3
	Fazer boletim de ocorrência	9	8	5	3

		A	B	C	D E
O u t r o s Serviços	Buscar informações sobre serviços públicos de educação	31	40	41	45
	Fazer inscrição em concursos públicos	29	40	40	32
	Buscar informações sobre empregos (vagas, contratações etc.)	17	36	33	30
	Buscar informações sobre direitos do trabalhador	23	30	25	18
	Buscar informações sobre serviços públicos de saúde	27	32	22	21
	Fazer matrículas em escolas ou instituições de ensino	13	14	14	14
	Marcar e/ou agendar consultas médicas	13	13	6	2
	Participar de fóruns, chats, votações etc. relacionados ao Governo	12	11	8	7
	Algum outro serviço de governo pela internet	2	2	1	-

Fonte: Adaptado de CGI.br

Mas, ainda que esses dados possam diferenciar o uso dos serviços de governo eletrônico das classes sociais, ainda é possível generalizar dizendo que há pouco interesse nesses serviços ou pouco conhecimento da existência deles, ou ainda não há preparo para sua utilização. Esse fato pode ser confirmado, se tomarmos o dado citado anteriormente: mais de 70% dos internautas das classes A e B têm acesso regular à Internet, mas poucos fazem uso regular dos serviços públicos disponíveis na rede.

Para resumir então a descrição do perfil do internauta brasileiro que faz uso da Internet, é possível dizer, em linhas gerais, que esse usuário pertence às classes A e B, tem escolaridade elevada em relação à média brasileira, usa a Internet com bastante frequência, especialmente para comunicar-se, tem pouco interesse em informações ou serviços públicos, mas utiliza aqueles serviços eletrônicos que facilitam seu cotidiano, como pagamentos de taxas e impostos.

Considerações finais

Apesar do crescimento da Internet no Brasil nos últimos anos e do tempo de conexão à Internet pelos brasileiros ser um dos maiores do mundo, o país não está conseguindo vencer os problemas da exclusão digital, ou tem apenas buscado conectar fisicamente os indivíduos à rede, sem que estes estejam prontos para tirar proveito das informações e serviços que a Internet oferece, especialmente no que diz respeito aos seus direitos políticos.

Em relação ao uso dos recursos, a questão que se pode levantar é: se houvesse uma inclusão digital rápida dos setores excluídos da sociedade (classes sociais mais baixas), que tipo de acesso esses indivíduos teriam e como fariam uso dos recursos de governos eletrônicos? Na outra ponta da análise, também é possível questionar: se houvesse uma disponibilidade massiva de informações públicas e serviços públicos por parte dos governos, qual parcela da sociedade seria efetivamente beneficiada e que percentual dela faria uso efetivo desses recursos?

As respostas parecem indicar que estamos a uma grande distância para termos concretizadas as esperanças democráticas da Internet, ao menos para a realidade brasileira. Incluir digitalmente não significa apenas prover recursos materiais para que o cidadão possa acessar a Internet, porque somente se pode considerar incluído aquele que não apenas dispõe primeiro dos recursos materiais para participar, mas também dispõe de preparo para o debate, interesse nesse debate e meios para exercer sua cidadania. Assim, a mudança necessária para mudar esse quadro parece estar mais relacionada com a inclusão social e econômica do cidadão, que se reflete em seu nível de formação educacional, do que com o acesso material desse indivíduo aos recursos da Internet.

Referências

- AKUTSU, Luiz. *Sociedade da informação, accountability e democracia delegativa: investigação em portais de governo no Brasil*. 2002. 152 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Departamento de Núcleo de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.
- ALVES, Rosental Calmon. *Reinventando o jornal na Internet*. Disponível em: <<http://www.saladeprensa.org/art236.htm>>. Acesso em: 29 ago. 2006.
- BRASIL. Comitê Gestor da Internet. *TIC Domicílios 2005*. Disponível em: <<http://www.nic.br/indicadores/>>. Acesso em: 08 ago. 2006.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- COSTA, M^a Cristina Castilho. *Temporalidade, interatividade e ficcionalidade na comunicação em rede*. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/2002/np14/NP14COSTA.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2006.
- DOWBOR, Ladislau. *Economia da comunicação*. 2000. Disponível em: <<http://ppbr.com/ld/9economia.shtml>>. Acesso em: 16 jun. 2005.
- EISENBERG, José. *Internet popular e democracia nas cidades*. Disponível em: <<http://scholar.google.com/url?sa=U&q=http://www.ip.pbh.gov.br/revista0101/ip0101eisenberg.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2006.
- GOMES, Wilson. Internet e participação política em sociedades democráticas. *FAMECOS*, Porto Alegre, n. 27, p. 58-78, ago. 2005.
- KUMAR, Krisham. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- LEMONS, André et al. *Cidade, tecnologia e interfaces*. Análise de interfaces de portais governamentais brasileiros: uma proposta metodológica. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/cibercidades/interface_final.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2006a.

_____; COSTA, Leonardo Figueiredo. *Um modelo de inclusão digital: o caso da cidade de Salvador*. Disponível em: <<http://www.eptic.com.br/portugues/EPTIC%20VIII-VI.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2006b.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

NORRIS, Pippa. *The Worldwide Digital Divide: Information Poverty, the Internet and Development*. Disponível em: <<http://ksghome.harvard.edu/~pnorris/acrobat/psa2000dig.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

PINHO, José Antonio G. de; IGLESIAS, Diego; SOUZA, Ana Carolina P. de. Governo eletrônico, transparência, accountability e participação: o que portais de governos estaduais no Brasil mostram. In: ENANPAD, 29., 2005, Brasília. *Anais...* Brasília, set. 2005.

SILVA, Sivaldo Pereira da. Graus de participação democrática no uso da Internet pelos governos das capitais brasileiras. *Opinião Pública*, Campinas, n. 2, p. 450-468, out. 2005.

STEFFEN, César. *A política nos espaços digitais: a campanha presidencial de 2002 na Internet*. 2004. 341 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Departamento de Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação, Unisinos, São Leopoldo, 2004. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/steffen-cesar-a-politica-nos-espacos-digitais.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2006.

Recebido em: agosto de 2010

Aprovado para publicação em: fevereiro de 2011